

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 2 DE FEVEREIRO DE 2021. ---

--- A reunião teve início às nove horas e cinco minutos, foi realizada por videoconferência e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, os Srs. Vereadores Sílvia Margarida Narciso Vitor, em representação do Sr. Presidente, em gozo de férias, António José Matos, Catarina Almeida Lamas e João Lourenço Marques, pelo Grupo do PSD, os Srs. Vereadores Rui Pedro Figueiredo Corça e José Paulo Pereira e, pela CDU, o Sr. Vereador David José Pinto Mendes. ---

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro. ---

---ORDEM DO DIA ---

---EXPEDIENTE ---

--- 1 - Proposta 09/P/2021 - Mapa de Fluxos de Caixa 2020 e Modificação ao Orçamento - (1.ª revisão ao PPI, PAM e aos orçamentos da receita e da despesa). ---

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ---

--- "Considerando: ---

--- a viabilidade legalmente prevista no ponto 8.3.1 do POCAL, mantido em vigor pela alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, de aplicação dos saldos relativos à Gerência anterior através de uma Modificação ao Orçamento, revestindo esta a forma de Revisão Orçamental; ---

--- o valor do saldo da Gerência de 2020: 6 522 235,49 €; ---

--- o disposto no art.º 130.º da Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021) que possibilita a incorporação do saldo de execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, mediante aprovação do mapa Fluxos de Caixa. ---

--- PROPONHO: ---

--- 1. A aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2020, documento que constará do conjunto dos documentos de prestação de contas referentes ao citado ano; ---

--- 2. A aprovação de uma Modificação ao Orçamento, materializada na 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e aos Orçamentos da Receita e da Despesa, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ---

--- 3. Que a deliberação a aprovar esta proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea referida no ponto anterior, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." ---

--- A Sra. Vereadora referiu a necessidade da distribuição de saldos, informou haver uma quebra face ao ano anterior de cerca de 4 M€ (verificável no mapa de fluxos de caixa). O saldo transitado era de 6.5 M€, sendo o decréscimo justificado com a diminuição considerável da receita, fruto da diminuição do valor cobrado nos impostos, consequência da situação pandémica vivida que, por outro lado, obrigara à realização de despesas não expectáveis e não previstas no Orçamento, tal como houera atividades previstas que não tinham podido ser executadas, havendo necessidade de passar, para 2021, um conjunto de contratos em execução como o Parque da Milhariça, a Vala do Esteiro e outros. Lembrou a Alteração Orçamental apresentada na anterior sessão que reforçara a viabilização dessas intervenções, assim como as duas alterações a apresentar nesta sessão. Aludiu à necessidade das aquisições efetuadas no final do ano, caso de dois autocarros escolares, veículos de substituição da frota municipal, equipamentos para as escolas, de portáteis para o teletrabalho e outros, pelo que saldo de gerência não fora de 9 M€ como previsto e sim cerca de 6,5 M€. ---

--- O Sr. Vereador Rui Corça iniciou a sua intervenção estranhando que houvesse despesa meramente corrente que necessitasse de esperar pela distribuição de saldos. Relativamente ao PAM perguntou, o que é que era previsto executar na rubrica 010403 – Divulgação e Promoção Institucional que justificasse um reforço de 46.500.00 €, na rubrica 050803 perguntou o que era o estudo da Agroglobal e em concreto o que é que envolvia o Roteiro para a Neutralidade Carbónica com um reforço de 43.050.00 €, Na educação, concretamente na rubrica 060204, perguntou para que era o reforço de 8.000.00€, o que é que se previa fazer com os 4.000.00€ previstos para um protocolo a estabelecer com a Associação Cultural das Virtudes, para quê o valor 29.000.00€ para as piscinas que lhe parecia estar fora das despesas correntes e, relativamente à Feira de Maio, Mês da Cultura Tauromáquica e AVINHO, o que é que se pretendia fazer com as verbas nas rubricas uma vez que os eventos não se realizariam. Para terminar a sua intervenção referente ao PAM perguntou quanto ao apoio social e às medidas de apoio social, qual a base do critério de aumento para a despesa utilizada. ---

--- Em resposta a Sra. Vereadora Sílvia Vítor explicou que o reforço nas verbas de apoio social vinha

no sentido de que as verbas iniciais eram insuficientes para fazer face à despesa que se vinha verificando, com os cheques sociais, cheques farmácia e algum apoio às IPSS que não o já previamente estipulado. No caso das piscinas o valor referia-se ao pagamento dos nadadores-salvadores e professores de natação. --

--- O Sr. Vereador António José Matos relativamente às restantes questões colocadas informou que as verbas colocadas na promoção turística do concelho eram para a divulgação turística do concelho com a tradução de brochuras para inglês, vídeos promocionais acerca do concelho e para o pagamento dos técnicos de animação turística. -----

--- O Sr. Vereador David Mendes, em relação ao PAM, e ao reforço de verbas no valor para despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços e outros, considerou que a explicação descritiva estava perceptível e não carecia de muitas perguntas, mas considerou necessário perguntar se este tipo de reforços iria provocar alguma mudança de estratégia relativamente ao PPI ou, em termos gerais, no Orçamento previamente aprovado. Informou que em documentos deste tipo, por ser da responsabilidade de gestão do PS, a CDU se absteria, por não ter motivos para votar contra, nem motivos para votar a favor. -----

--- A Sra. Vereadora informou não haver mudança de estratégia, os reforços provinham da coluna de verbas a definir espelhada no Orçamento. -----

--- O Sr. Vereador José Paulo Pereira, relativamente ao PAM, perguntou relativamente ao Centro de recolha de animais a que se devia o reforço de verbas, e quanto aos Apoios educativo das escolas, a que se destinava a verba em termos de grandes ou pequenos projetos educativos. No circuito cultural do concelho com uma verba de 5 euros, o que se pretendia fazer com tão pouca verba. No solstício das artes perguntou a quem se dirigia este programa, não lhe parecia dedicada à juventude. -----

--- Em resposta a Sra. Dra. Irene Lameiro, a pedido da Sra. Vereadora referiu que o reforço indicado para o Centro de recolha de animais, não se prendia com qualquer obra, devia-se ao acordo quadro para esterilização de animais e aquisição de rações para os animais a cargo da Câmara. A Sra. Vereadora informou os programas de apoio educativo nas escolas, envolviam o projeto de hipismo a estabelecer com o Centro Hípico Lebreiro e os Agrupamentos do Concelho, enquadrado na Rota do Zambujinho, ainda não em execução, mas já Protocolado. O Sr. Vereador António José Matos, informou que O Solstício das Artes se prendia com a promoção de artes de rua, promovendo a criatividade dos artistas locais, em especial nos jovens e com o circuito cultural com as visitas guiadas à Casa Colombo, em Vale do Paraíso, ao Mosteiro de Sta. Maria das Virtudes e outros locais de interesse no concelho. -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 09/P/2021 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) e três abstenções (PSD e CDU). O PSD apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: *“Este documento vem de certa forma consubstanciar aquilo que foi o Plano de Atividades e o Orçamento que aprovamos o mês passado, e nessa matéria gostávamos de esclarecer porque é que a nossa votação se altera relativamente a isso. Nós votamos contra o Orçamento, porque consideramos que ele era desajustado face à realidade que estamos a viver hoje em dia e às necessidades das nossas populações e do nosso concelho. Neste momento abstivemo-nos com base em dois critérios o primeiro de que o executivo municipal deve ter à sua disposição a totalidade dos meios que necessita para executar essa sua estratégia, que evidentemente não é nossa, ponto número 1. Ponto número dois é que esta distribuição de saldos vem ao encontro daquilo que são os vossos princípios, ficamos esclarecidos nessa matéria, assuntos que vêm aqui à reunião de Câmara e que são assuntos prementes e urgentes num sinal que vem ao encontro das nossas preocupações. Nesse sentido não alterando a política que o município vai seguir Tendo em conta o Plano de Atividades e Orçamento, como a Sra. Vereadora disse e muito bem há pouco, há aqui alterações de pormenor que, no entanto, vão no bom sentido de resolver problemas concretos e prementes, por essa medida nos abstivemos”*

--- 2. INFORMAÇÕES-----

--- 2.1 - Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira -----

--- 2.1.1-Contabilidade:-----

--- INF. (s) 2/P/2021 e 3/P/2021 – Modificações ao Orçamento. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----PÚBLICO-----

--- Não foram apresentados pedidos de esclarecimento por parte do público -----

--- ENCERRAMENTO -----

--- Eram doze horas, quando a Sra. Vereadora deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada. ---

--- Endereço eletrónico para a visualização na íntegra da presente reunião: <https://youtu.be/6dbdhfd6meQ>